**ANEXO I-“A” MODELO**

(Papel Timbrado da empresa)

**DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUO**

DECLARO, para os devidos fins, que \_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_(razão social/ nome completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) do CNPJ/CPF \_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_000.000.000-00\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, responsável legal \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, utiliza como destinação final ambientalmente adequada a \_\_\_\_\_(reciclagem, reutilização, ou compostagem)\_\_\_\_, os seguintes resíduos\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_(especificação dos resíduos)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ na(s) quantidade(s) de \_\_\_\_ (especificar em volume)\_\_\_\_, respectivamente. DECLARO, também, estar ciente das obrigações previstas no decreto municipal nº 13.653/2018, da lei complementar n. 209, de 27 de dezembro de 2012 e da lei federal nº 12.305/2010 (institui a política nacional de resíduos sólidos) a respeito da destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

As informações acima são verdadeiras, sob pena de responder pelo Art.299 do Código Penal:

*Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*

***Pena - reclusão****, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)*

Ass. Responsável Legal e

CPF:

**ANEXO I-“B” MODELO**

(Papel Timbrado da empresa)

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

DECLARO, para os devidos fins, que \_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_(razão social/ nome completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) do CNPJ/CPF \_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_000.000.000-00\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, responsável legal \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em se sagrando vencedora da licitação em exame e vindo a ser contratada, disponibilizará e empregará na execução dos serviços todas as máquinas e equipamentos, de acordo com o mínimo exigido no Termo De Referência e em Lei, respectivamente. DECLARO, também, estar ciente das obrigações previstas no Decreto Municipal nº 13.653/2018, da Lei Complementar n. 209, de 27 de dezembro de 2012 e da Lei Federal nº 12.305/2010 (institui a política nacional de resíduos sólidos) a respeito da destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

As informações acima são verdadeiras, sob pena de responder pelo Art.299 do Código Penal:

*Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*

***Pena - reclusão****, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)*

Ass. Responsável Legal e

CPF:

**ANEXO I-“C” MODELO**

(Papel Timbrado da empresa)

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEICULOS PARA COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS**

DECLARO, para os devidos fins, que \_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_(razão social/ nome completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) do CNPJ/CPF \_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_000.000.000-00\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, responsável legal \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, que possui os equipamentos automotores nas condições adequadas para execução dos serviços.

As informações acima são verdadeiras, sob pena de responder pelo Art.299 do Código Penal:

*Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*

***Pena - reclusão****, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)*

Ass. Responsável Legal e

CPF: